

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Vai virar um monstrengo

A dificuldade do Congresso em votar a reforma tributária, que mais uma vez não deu quórum, indica que o sistema tributário do país continuará confuso, pelo menos até o final desta década. Até porque, qualquer sistema que seja aprovado em 2023 ou 2024 passará por um período de transição por alguns anos.

Sem tributária, resta o ICMS

Com mais um adiamento da reforma tributária na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) do Senado, a perspectiva é de os senadores ajustarem o foco para a aprovação do projeto que limita a cobrança de ICMS sobre combustíveis e energia.

Vai ser assim até outubro

As declarações do ministro Edson Fachin, em defesa do sistema eleitoral brasileiro, vão se repetir insistentemente até a eleição. Já Bolsonaro coloca o sistema em dúvida. Os demais candidatos disseram, na sabatina do **Correio**, que confiam plenamente no sistema eletrônico de votação do país e não acreditam em golpe.

Veja bem

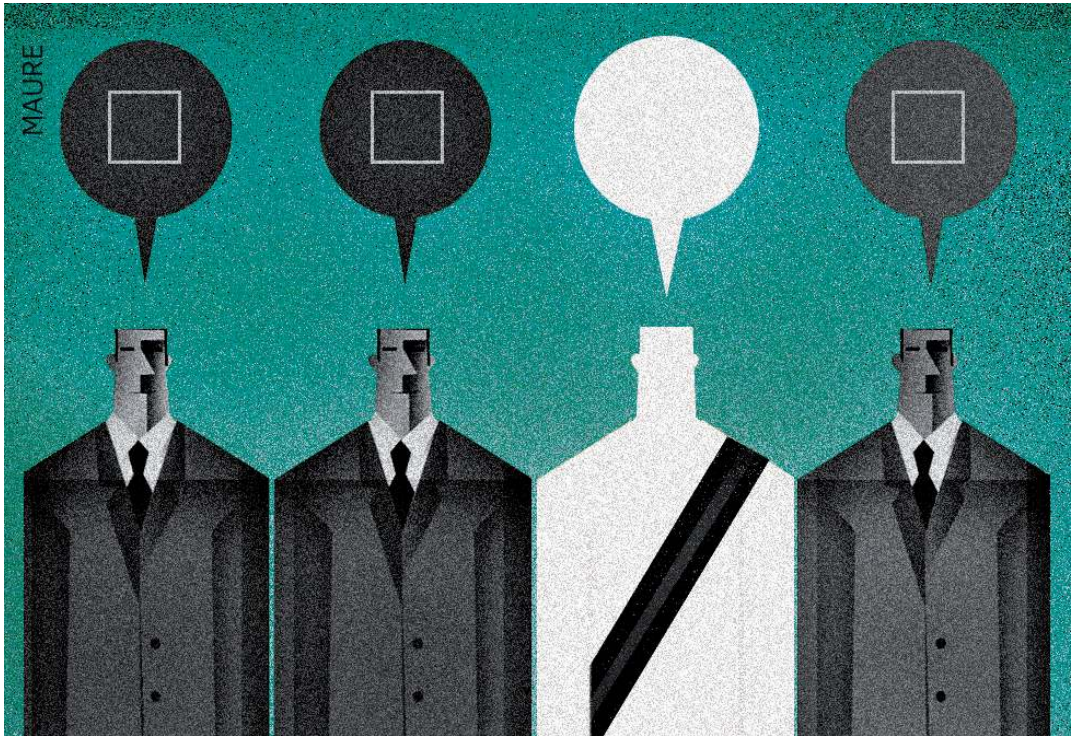
Até aqui, a maioria dos pré-candidatos ao Planalto promete exterminar o tal Orçamento Secreto, apelido das emendas de relator-geral (RP9). Só tem um probleminha: esse dinheiro é controlado pelo Congresso. E só terminará se os parlamentares assim o desejarem. Estão fazendo promessas sem combinar com as excelências.

Debate interditado abre chance aos pequenos

Os estrategistas do presidente Jair Bolsonaro (PL) pesaram os prós e contras e consideraram que a ausência do presidente nos debates do primeiro turno não causará grandes estragos. Até porque o adversário que mais bem pontua hoje nas pesquisas de opinião, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fez a mesma coisa em 2006, quando concorreu à reeleição. Logo, avaliam os bolsonaristas, o petista não poderá chamar de “ato antidemocrático”. Afinal, agiu assim lá atrás e, agora, quer um número reduzido desses encontros entre os candidatos.

Fernando Henrique Cardoso também não foi a debates em 1998, alegando que estava muito ocupado cuidando da crise econômica que assolava o país. Ambos se releram. FHC, em primeiro turno, numa eleição sem debates.

Quem está no poder ou lidera as pesquisas sabe que será atacado e, por isso, prefere se ausentar. Pior para o eleitor. Agora, sem Bolsonaro e com Lula escolhendo os debates de que participará, será a chance dos outros candidatos se apresentarem ao eleitor e tentar quebrar a polarização. Uma dessas janelas foi a sabatina de ontem, do **Correio**.



CURTIDAS

Novos atores/ A campanha presidencial deste ano, que promete mobilizar ainda mais as redes sociais, apresentará os candidatos que têm um tempo minúsculo na tevê aberta e sofrem boicote das grandes emissoras na hora dos debates. Na sabatina do **Correio**, por exemplo, o desconhecido Pablo Marçal (PROS), que chegou cercado de seguranças e apoiadores, atingiu duas mil pessoas assistindo simultaneamente pelo canal do YouTube do jornal.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Escondidinho de Bivar/ Luciano Bivar (foto), do União Brasil, será candidato ao Planalto, mas, nos estados, seu partido trata de esconder esse fato. Em suas andanças pela Bahia, por exemplo, ACM Neto nem cita que há um presidenciável do partido. Ali, onde o PT de Lula reina, Neto vai cuidar da própria candidatura ao governo estadual.

Simone, a disciplinada/ A senadora Simone Tebet (MDB-MS) evita avançar o sinal sobre o que seu partido fará no Rio Grande do Sul, estado considerado crucial para o PSDB fechar o apoio à pré-candidata. Quem fala sobre isso é o presidente do partido, Baleia Rossi (SP).

Tem nome e está no Código Penal/ O advogado criminalista Renato Stanzziola Vieira, doutor em direito processual penal pela USP e sócio do escritório Andre Kehdi & Renato Vieira, diz que o crime que ocorreu em Umbaúba, em 25 de maio, causando a morte de Genivaldo Jesus Santos, foi homicídio qualificado: “Foi um homicídio cometido por tortura e asfixia, por motivo fútil, e com total impossibilidade de a vítima exercer defesa”.

ELEIÇÕES

Fachin pede atenção a ataques

Presidente do TSE alerta representantes estrangeiros no Brasil para que acompanhem de perto “arremessos populistas” de líderes políticos por meio de “acusações levianas de fraude”. Recado foi para Jair Bolsonaro, embora não tenha sido citado

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, disse, ontem, a uma plateia de 68 embaixadores, diplomatas e chefes de missões estrangeiras no Brasil que os “arremessos populistas” de líderes políticos na América Latina geram “acusações levianas de fraude, que conduzem a semanas de instabilidade política no período pós-eleitoral”. Dentre os convidados de projeção internacional, estiveram os representantes da embaixada da União Europeia e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). “O enredo é sempre o mesmo: buscar a conturbação e incutir a desconfiança entre os espíritos mais desavisados, para minar a legitimidade dos eleitos e da própria vida democrática. Atacar o sistema eleitoral dessa maneira é atacar a própria democracia. Mas a maturidade e a estabilidade das instituições brasileiras não permitirão que esses barulhos perturbem a vida democrática”, disse Fachin. Sem citar o presidente Jair

Bolsonaro (PL), o ministro afirmou aos representantes estrangeiros que o país convive com o “vírus da desinformação”, que atua, de maneira “infundada e perversa”, para denunciar riscos “inexistentes e falhas imaginárias”. Fachin fez um apelo aos embaixadores e diplomatas para que busquem informações verdadeiras sobre o sistema eleitoral brasileiro. Ele tem feito alertas para os riscos aos quais o Brasil está submetido. O encontro com as autoridades teve o objetivo de apresentar as particularidades do sistema de votação brasileiro e oferecer diálogos com os especialistas do TSE. Fachin conduziu a abertura do evento ao lado da ministra Cármen Lúcia, substituta na Corte eleitoral. Durante o discurso aos representantes diplomáticos, Fachin explicou a complexidade das eleições no país, que contam com 150 milhões de eleitores, em mais de 5 mil municípios, com mais de 500 mil urnas eletrônicas em operação. “Não é necessário alertar as senhores e os senhores de que os

Nelson Jr./SCO/STF



Fachin à plateia de estrangeiros: “Todos aqui acompanham os perigosos sinais de ameaça à democracia”

desafios enfrentados pela Justiça Eleitoral brasileira não são, desafortunadamente, eventos isolados. Creio que todos aqui acompanham os perigosos sinais de ameaça à democracia em diversas partes do mundo”, disse o ministro, mais uma vez sem citar Bolsonaro.

A cooperação com outros países se tornou um dos objetivos da gestão de Fachin no TSE. O ministro manifestou o interesse em contar com mais de 100 observadores eleitorais na votação em outubro. À frente da Corte até agosto, ele se movimenta para firmar

acordos de missões de observação internacional, responsáveis por apresentar relatórios detalhados sobre a qualidade do processo eleitoral brasileiro. Confirmaram o envio de missões, até o momento, a Organização dos Estados Americanos

» Plano de proteção dos candidatos

A Polícia Federal apresentou, ontem, o plano de segurança dos candidatos à Presidência. Mais de 300 agentes atuarão na proteção dos postulantes ao Palácio do Planalto. A princípio, cada representante terá uma equipe de até 30 policiais, mas podem ser mais dependendo da análise de risco. A previsão é que esse planejamento custe cerca de R\$ 57 milhões. O presidente Jair Bolsonaro (PL) não terá direito a esse esquema, pois sua segurança é feita pelo Gabinete de Segurança Institucional.

(OEA), o Parlamento do Mercosul, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a União Interamericana de Organismos Eleitorais (UNIORE), a Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES) e a Rede Mundial de Justiça Eleitoral.

MILITARES

Colocação em cargo civil aumentou 193%, diz Ipea

A presença de militares ocupando cargos civis no governo federal praticamente triplicou desde 2013. Os representantes das Forças Armadas estavam em 370 postos há nove anos, e passaram a ocupar 1.085 no ano passado, o que representa um aumento de 193%. Os dados são de um estudo do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e revelam, ainda, que a gestão de Jair Bolsonaro (PL) distribuiu uma quantidade significativa de cargos para oficiais justamente em ministérios estratégicos, como Saúde, Economia e Meio Ambiente. Desde o começo do atual governo, o presidente vem

ampliando o espaço de militares na cúpula do Executivo. Segundo o Ipea, a maior ocupação dos fardados aparece nos cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE). Os titulares desses postos gozam de poder e prestígio administrativo na burocracia governamental. Entre 2013 e 2018, a presença de militares nessas posições variou de 303 cargos para 381. Com a chegada de Bolsonaro ao poder, o número praticamente dobrou em 2019, chegando a

623 cargos. Em 2021, eram 742. Nos cargos de “natureza especial”, considerados de primeiro e segundo escalões, a presença de militares passou de seis para 14. O estudo do Ipea também detectou que a presença militar em cargos de confiança alterou a lógica de anos anteriores e passou a se concentrar em escalões mais altos. Entre 2013 e 2021, o percentual de militares em cargos DAS de 1 a 3, considerados mais baixos, caiu de 65% para 54,5%. Em contrapartida, a ocupação de DAS 5 e 6 por oficiais

saltou de 8,9% para 20,5%.

Críticas

Os maiores crescimentos da participação militar são registrados em pastas que cuidam de áreas em que o governo sofre fortes críticas. Conforme os dados do estudo do Ipea, o Ministério da Economia tinha um único militar em 2013. Em 2021 eram 84 em DAS e FCPE. Foi o maior aumento percentual entre todas as pastas, superior a 8.000%. Na Saúde, os militares

passaram de sete para 40, uma variação de 471%. Sob a gestão do general Eduardo Pazuello, no período mais dramático da pandemia de covid-19, ele levou colegas de farda para a pasta. O Ministério do Meio Ambiente também recebeu uma grande quantidade de comissionados militares. Em 2014, era um. No ano passado, o total passou para 21. Houve ainda uma alta de 650% nas funções comissionadas da Educação, com salto de dois militares para 15. Na Defesa, o crescimento foi de 34%.